

# Tebet decide que Arruda não pode votar na sessão

GILSE GUEDES

BRASÍLIA – Na reunião de hoje, o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Ramez Tebet (PMDB-MS), vai anunciar que o senador José Roberto Arruda (sem partido-DF) não pode votar, apesar de ser membro efetivo do conselho e não ter aberto mão de sua vaga. Arruda, por sua vez, já afirmou que não tomaria a decisão de votar no processo em que está envolvido.

Como última cartada, Arruda vai unir-se ao PFL para defender, em um discurso que fará hoje na reunião, a perda temporária de seu mandato por quebra de decoro parlamentar. O fôlego conseguido ontem com a definição de um prazo maior para o andamento do processo na Mesa do Senado adiou uma eventual renúncia. Mas senadores avaliam que Arruda não escapará desse desfecho, caso o conselho aprove hoje o relatório do senador Saturnino Braga (PSB-RJ) recomendando a cassação dos mandatos seu e do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

A renúncia, que poderá ser protocolada no Senado até o dia da aprovação de uma decisão propondo a perda de mandato na Mesa, é a saída para que Arruda não perca seus direitos políticos por oito anos. Por isso, o senador está em compasso de espera para definir o rumo de sua carreira política. Ele fará o discurso, preparado ontem com a ajuda de seus advogados, e não deverá votar na sessão do Conselho, apesar de ser integrante da comissão.

Tentando recorrer a todos mecanismos de convencimento, Arruda procurou nos últimos dias senadores que não são do Conselho, mas têm forte influência no Senado, entre eles José Sarney (PMDB-AP). O ex-tucano esteve anteontem no gabinete de Sarney. Arruda tem dito a senadores que é preciso haver punição para os envolvidos na violação do sistema de votação eletrônica do Senado, mas quer que a “pena seja correspondente ao delito”.

No discurso, Arruda vai voltar a repetir a tese de que não cabe, em seu caso, a aprovação da cassação, porque não se pode compará-lo ao ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF), que perdeu seu mandato depois das denúncias de envolvimento no esquema de desvios de R\$ 169 milhões da obra do Fórum Trabalhista de São Paulo.